

Dominação abstrata: um ensaio sobre a teoria de Moishe Postone

Rodrigo Siqueira Rodriguez¹

Resumo

Este ensaio tem como objetivo apresentar e debater os elementos que caracterizam a categoria "dominação abstrata" de Moishe Postone em *Tempo, Trabalho e Dominação social* (2014). Para isso, analisamos o processo de abstração subjacente à categoria, assim como seu papel na dinâmica social. A principal conclusão apresentada revela que a categoria não apresenta o mesmo sentido de abstração abordada por Marx, e está mais associada a uma forma concreta e aparente das relações na sociedade capitalista, que refletem as perspectivas concretas de indivíduos na sociedade.

Palavras-chave:

Dominação social, Postone, ontologia, Marx.

Abstract

This essay aims to present and discuss the elements that characterize the category "abstract domination" of Moishe Postone in *Time, Labor and Social Domination* (2014). For this, we analyze the abstraction process underlying the category, as well as its role in social dynamics. The main conclusion presented reveals that the category does not present the same sense of abstraction approached by Marx and is more associated with a concrete and apparent form of relations in capitalist society, forms reflect the concrete perspectives of individuals in society.

Keywords:

Social domination, Postone, ontology, Marx

¹ Doutorando em economia na Universidade Federal Fluminense. O autor agradece ao apoio da Capes no financiamento dessa pesquisa pelo Programa PDSE, processo n° 88881.189232/2018-01.

Introdução

Este ensaio tem como objetivo discutir os elementos subjacentes à categoria “dominação abstrata” como apresentada por Postone (2014). Essa categoria se apresenta como substrato teórico dos principais desdobramentos analíticos do autor, inclusive no desenvolvimento de outras categorias próprias à sua teoria. A categoria “dominação abstrata” é analisada de uma perspectiva realista, a partir dos princípios que permitem que tal categoria expresse precisamente aspectos da realidade.

No expediente teórico de Marx, se caracteriza de abstrato uma representação que está relacionada com respectivas formas concretas e que revelam alguma propriedade distinta daquelas imediatamente acessíveis por essas formas concretas. Assim, essa caracterização pode ser ilustrada na diferença entre uma representação qualquer, como uma “fruta”, e as diferentes formas concretas de “frutas”, como goiaba, pera e maçã. O debate das abstrações adquire também uma maior profundidade ao se discutir o caráter real de algumas dessas abstrações², uma vez que a “fruta” enquanto representação não existe fora do pensamento, isto é, não possui uma representação concreta imediata. Mas, em uma sociedade que reconhece a representação “fruta”, ela ainda assim, existe como uma representação, isto é, as pessoas muitas das vezes tomam decisões, agem, considerando essa representação, isto é, como parte da realidade. As questões relativas à abstração são a primeira parte da estratégia para compreender a categoria “dominação abstrata”.

A segunda parte da análise envolve diretamente a teoria social de Marx, e parte da pergunta sobre como as representações ou abstrações podem agir sobre os indivíduos. Assim, se analisa a relação entre as coisas e os indivíduos, com uma atenção particular para a natureza das representações, comparadas às demais coisas. Até que ponto uma representação pode exercer sobre os indivíduos algo diferente de um objeto concreto? Essa é uma das questões emblemáticas da relação sujeito-objeto, considerando a distinção entre objetos concretos e representações desses objetos, por exemplo, qual é a diferença da relação entre o “indivíduo” e a “fruta” e o indivíduo e as “frutas”?

A terceira parte da investigação se refere ao caráter autônomo dessas representações, uma análise das reificações. A primeira é a autonomia entre uma representação e suas formas concretas. Poderíamos exemplificar essa questão tomando uma situação na qual a “fruta” explica as “frutas”, a existência autônoma da forma abstrata, neste caso autônoma às suas formas concretas. A segunda é a autonomia entre a representação e os indivíduos, como se a “fruta”, a abstração, adquirisse uma vida própria, se afastasse da mente humana em direção a uma existência para-si. Essas questões estão

2 Ver, por exemplo, o debate sobre o uso da abstração em Marx por Sohn-Rethel (1978) e Ilyenkov (1982).

diretamente associadas à relação sujeito e objeto, mas foram separadas para caracterizar a devida ênfase apresentada por Postone na noção de autonomização.

Postone (2014, p. 150) caracteriza a dominação abstrata como “a dominação das pessoas por estruturas abstratas, quase independentes de relações sociais, mediadas pelo trabalho determinado por mercadoria, que Marx tenta compreender com suas categorias de valor e capital”. Essa definição sugere que a dominação abstrata é (1) uma abstração (2) que age sobre os indivíduos e (3) é autônoma às relações sociais, de forma que os debates apresentados nesse ensaio estão relacionados com essa compreensão inicial da categoria³. Assim, este trabalho se distingue das recentes críticas apresentadas por Carcanholo (2016) e Prado (2016), que enfatizam a análise da crítica e conclusão mais amplas da obra *Tempo, Trabalho e Dominação Social*, isto é, uma ruptura com o “marxismo tradicional” e a afirmação da luta de classes como um elemento inócuo à transformação do capitalismo. Este ensaio pretende consubstanciar estes trabalhos a partir da análise do domínio explanatório de uma categoria central da obra de Postone.

Para abranger essas questões, o ensaio está subdividido em cinco seções. Na primeira seção, será discutida a natureza dos problemas das abstrações ou representações, tanto em termos formais, isto é, no que é necessário para uma abstração, quanto sobre as razões epistemológicas pelas quais abstraímos. Na segunda seção, será apresentada uma análise da relação sujeito-objeto, com uma ênfase particular no papel das objetivações na teoria social. Na terceira seção, a análise do caráter autônomo das objetivações será apresentada, em dois sentidos, primeiro, enquanto representações, na autonomia das formas concretas, e segundo, enquanto independente dos indivíduos que as produziram. Na quarta seção, a categoria dominação abstrata será apresentada, discutida e refletida com base nos elementos identificados nas seções anteriores. Por fim, na quinta seção são apresentadas considerações finais sobre o debate.

1. O problema da abstração

O ponto de partida é o problema da abstração pois, uma categoria que se apresenta como “abstrata” no marxismo sugere que se esteja diante de uma abstração no sentido mais explícito utilizado por Marx, como na distinção entre “trabalho concreto” e “trabalho abstrato”. A propriedade mais imediata das abstrações é o seu caráter não-observável, isto é, não associável diretamente a um

3 Uma quarta parte do problema, que tentará ser explorada na medida do possível, envolve o próprio significado de dominação. Ela pode ser compreendida em diversos sentidos. Por exemplo, a natureza domina a sociedade pois, em nosso cotidiano, temos que nos reproduzir naturalmente antes de nos reproduzir socialmente. Por outro lado, a natureza nos domina cada vez menos, controlando cada vez menos a vida social. Nos dois lados dessa mesma moeda, estão a dominação como reflexo involuntário da natureza sobre a sociedade e um caráter ativo da natureza sobre a sociedade. Estaria a natureza, ou a sociedade, agindo deliberadamente contra nós, ao nos dominar?

objeto singular concreto⁴. A fruta, a população ou o capital são representações de formas concretas observáveis ou experimentáveis. Até mesmo se procurarmos no *google* uma imagem da “fruta” enquanto abstração, a resposta, a imagem mais precisa é um conjunto de diferentes frutas, permitindo que a abstração seja feita na nossa mente. Justamente por isso, abstrações não existem por si só, mas necessitam dessas formas concretas⁵. A população, pessoas; o capital, relações capitalistas; o sujeito, agentes; o objeto, coisas. A necessidade de formas concretas para a abstração é um requisito formal a partir do momento em que não se pode representar um só objeto, pois a representação da própria forma é ela mesma.

Dessa necessidade das respectivas formas concretas já se pode reconhecer uma segunda propriedade, a identidade. Uma abstração captura em diferentes formas concretas um ou mais elementos em comum, constitutivos ou necessários da abstração. As goiabas, as maçãs e as uvas são frutas porque possuem determinados padrões, como serem partes carnudas de plantas e possuírem sementes. Da mesma forma, a “dominação” é um substantivo abstrato que possui diversas formas concretas, como a dominação imperialista da França do Séc. XIX, a dominação política, a filosófica, a dominação neoclássica na economia. A propriedade da identidade é um *universal*, no sentido que toda forma concreta abstraída necessariamente possui essa propriedade⁶.

Assim, é possível reconhecer que a abstração apresenta também um abstraído, um elemento de não-identidade que é necessário. Essa terceira propriedade requer que as formas concretas sejam diferentes entre si. Dominação colonial, artística, moderna, imperial, indireta, direta, domiciliar, são abstraídas no termo “dominação”. Marx faz uma distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato, reconhecendo no trabalho as propriedades comuns dos diferentes tipos concretos de trabalho, como o do pedreiro, do pintor e do professor. Isto é, a abstração é uma identidade em meio a diferenças ou particulares. A melhor ilustração dessa propriedade é ensinada diariamente na matemática básica, quando o professor solicita ao aluno que encontre o x da equação, e o resultado da equação nunca é $x = x$, ou a própria identidade, mas sim $x = 5$, ou 8 , ou 11 , isto é, um elemento investigado, diferente do imediatamente oferecido. Da mesma forma, “tautologias” nunca precisariam ser enunciadas se não capturassem um elemento de diferença.

Essas são propriedades formais da abstração. Toda abstração é uma identidade, não-observável e abstraída de diferenças. Porém, além disso, elas são partes de um problema do

4 Tal questão pode soar trivial, porém nela está a origem de uma teoria do conhecimento que afirma que o imediato não captura o essencial da sociedade, tornando assim necessária a investigação de algo além da intuição e da observação.

⁵ É válido ressaltar que, em Marx, o significado de concreto é a síntese de múltiplas determinações, isto é, se está diante de um grande conjunto de cadeias causais que atuam sobre o objeto em sua concretude.

⁶ Vale notar que os *universais* também estão fortemente associados a maioria das teorias do conhecimento, uma vez que é um objetivo da ciência gerar um conhecimento *universal*.

conhecimento humano, possuem uma natureza epistemológica. Até a pergunta fundamental da filosofia, “o que é o ser?” requer que se conheça a abstração caracterizada de “ser”, que abrange tudo aquilo que possui existência real. Justamente por exigir uma teoria do conhecimento, a abstração está relacionada com a percepção e o conhecimento humano, sendo uma apropriação ideal da realidade. Pode-se, portanto, para uma mesma abstração, como o ser humano, possuir diferentes identidades e representações, inclusive excludentes entre si. Se o ser humano é estático, histórico, se há uma essência humana, etc. estamos diante inicialmente da forma como nos relacionamos com esses objetos enquanto objetos do nosso conhecimento.

Uma dessas formas de conhecer ou produzir abstrações foi duramente criticada por Marx em *A Sagrada Família*. O que Marx caracteriza de generalidade abstrata possui as três propriedades formais da abstração mencionados anteriormente, no que o autor caracterizou em dois tipos de isolamento⁷. Primeiro, o isolamento das diferenças sensíveis e segundo, o isolamento do processo de abstração. Isto é, o primeiro, das “frutas” e seus elementos comuns para o segundo, a criação da “fruta”. Esse produto criado “fruta” é considerado parte de uma realidade autônoma, ou em outros termos, vive-se como se a “fruta” existisse, e essa abstração é independente das diferenças sensíveis das frutas, um ente.

A crítica de Marx é justamente sobre a produção dessas abstrações com a finalidade de fazer o movimento inverso, isto é, utilizar a representação abstrata para explicar o concreto, no que ficou caracterizado como “inversão mística”, reconhecer que o real é um produto de generalidades abstratas. Como as abstrações são ideias humanas sobre o mundo, elas não podem ser a causa do real, isto é, ideias não produzem a realidade, isto recebe a devida caracterização de idealismo. É válido ressaltar que Marx não está criticando a abstração, mas esse processo de abstrair, que ele denomina de “pura abstração” ou de “abstração arbitrária”.

Para qualquer filosofia realista diante do problema do conhecimento, um ponto de partida é a distinção entre o que é e o que se pode conhecer. Denomina-se falácia epistêmica⁸ um reducionismo do ontológico ao epistemológico, isto é, da realidade ao que se pode conhecer da realidade. Pode-se perceber que a abstração da filosofia especulativa é arbitrária a partir do momento em que se reconhece que, ao modificar as condições de percepção dos objetos, por exemplo, a ciência, o conteúdo das nossas abstrações também se modifica, uma vez que dominamos mais as diferentes formas concretas. Esse caso fica claro, por exemplo, quando Plutão deixou de virar um planeta. Nossos instrumentos, técnicas, etc. precisaram a definição de planeta, de forma que nosso

7 Ver também Zeleny (1980, cap. 13).

8 Ver Bhaskar (2008).

conhecimento modificou uma abstração. Por outro lado, e mais decisivo, a própria realidade também se modifica, de forma que uma abstração do passado se torna hoje em dia ultrapassada. Esse caso pode ser exemplificado com qualquer fenômeno da realidade relativamente duradouro que se modifique, como a estrutura social, as espécies biológicas, o próprio ser humano, etc.

Se estamos diante de abstrações arbitrárias, o que seria uma abstração acurada ou razoável, em um sentido realista? Primeiro, isso depende de um reconhecimento que a representação não existe separada das suas particularidades e singularidades. Isto é, não existe “fruta” sem “frutas”, trabalho abstrato sem trabalho concreto, “dominação abstrata” sem formas de dominação concreta. Segundo, essa representação apresenta um aspecto da realidade que suas formas concretas não revelam, assim, uma abstração acurada captura propriedades distintas daquelas dos seus objetos concretos.

Nos *Grundrisse*, ao apresentar a produção em geral, Marx revela que a abstração razoável é aquela que destaca a propriedade *universal* dos diferentes objetos concretos abstraídos. Mas, ainda assim afirma que não há produção em geral, e igualmente não há produção universal. Reconhecer uma propriedade universal a partir dos objetos concretos não confere existência à abstração por si só⁹. O que existe de fato são produções particulares, e Marx sucede nessa afirmação advertindo que não se reduz a isso, justamente por reconhecer essa propriedade do universal.

Assim, as abstrações são reflexões ideais da realidade que reconhecem propriedades reais dos objetos concretos, para substanciar a análise dos objetos concretos¹⁰, ou seja, trata-se do “concreto pensado”. Novamente, é válido ressaltar que isso não oferece, de alguma forma, existência real para uma abstração. É possível caracterizar uma abstração real somente no sentido que as pessoas, na vida cotidiana, se utilizem dessas abstrações. Nesse sentido, a troca, deus, o mercado, são abstrações reais na dimensão que são representações ideais que exercem efeitos na realidade. Um exemplo emblemático de uma abstração real são os números. Não há um número dois ou o cinquenta e sete na realidade, mas há uma representação real desses números que toda a sociedade pode reconhecer, e mais importante para a teoria social, agir com base nessa representação.

Ainda nos *Grundrisse*, Marx reconhece que os economistas da sua época não fazem abstrações razoáveis porque assumem, por exemplo, a propriedade privada ou o grau de produtividade como condição para a produção *em geral*. O que os economistas caracterizam de condições gerais da produção são formas particulares, ou seja, “historicamente específicas”, que são erroneamente

⁹ Isso pode parecer que as propriedades universais não existem nos objetos concretos, pelo contrário, esses elementos universais não existem isolados dos particulares, só existem neles. Dessa forma, Marx se afasta de posições nominalistas empiristas.

¹⁰ Zeleny (1980, cap. 3) associa esse retorno ao concreto com a distinção entre a abstração de Marx e as abstrações formais de Ricardo, que ignoram um retorno ao abstraído.

assumidas como condições da produção em geral, e que nada mais são que uma forma de transpor as relações burguesas para fora do seu domínio. Marx não nega que a *propriedade* é uma condição de produção, mas isso não se desdobra em assumir uma “forma determinada de propriedade”, a propriedade privada. Nesse sentido, a história é um elemento fundamental para abstrair precisamente.

Portanto, se há uma condição de existência da categoria “dominação abstrata” enquanto uma categoria abstrata na abordagem aqui apresentada, ela deve primeiro cumprir as condições formais da abstração, e posteriormente as condições do conhecimento realista ou objetivo de Marx, isto é, ser uma representação razoável que revela uma propriedade real de formas de dominação concretas. Apesar de representar o caráter formal da abstração, essa conclusão não explica as razões de abstrair, isto é, porque não podemos reduzir nossos problemas às próprias formas concretas.

Vale introduzir sobre essa questão, pontualmente, os termos da aparência e da essência. As relações concretas revelam algo imediato, aparente, a nós. Abstrair é *necessário* para reconhecer na investigação uma propriedade universal não revelada pelas formas concretas, ou seja, a abstração é a própria investigação, “do concreto para o abstrato”, que é também o movimento das relações aparentes para a apropriação das relações essenciais (ou universais). Compreender a necessidade, assim, requer justamente que a essência do objeto não se expresse imediatamente. Se assim fosse, a ciência seria desnecessária, assim como abstrair. Por outro lado, reconhecer a essência de um objeto – pela abstração – não implica em um afastamento do objeto e da elevação ou determinação do conhecimento sobre a realidade, ou seja, não se trata de um idealismo, pois o referente é sempre a realidade concreta.

2. O problema da relação sujeito-objeto

Discutimos anteriormente que abstrações são representações ideais que revelam propriedades da realidade e que produzem efeitos na realidade, isto é, sobre sujeitos e objetos. Quando o estimado leitor nasceu, já existiam diante de si a linguagem, a família e o capital que fizeram parte do seu desenvolvimento pessoal. Ao se comunicar com os pais, ainda bebê, reproduzimos aos poucos a linguagem de nossos pais, que ensinam o “papai” e “mamãe”, da estrutura familiar. O crescimento, o ensino escolar, a formação profissional para ir ao mercado de trabalho, o casamento, etc. revelam que reproduzimos a linguagem, o núcleo familiar e o capital diariamente¹¹. Poderíamos inclusive afirmar que a linguagem, o núcleo familiar e o capital nos dominam, e isso não depende da vontade dos nossos pais, do professor de gramática, nem dos capitalistas. Acima de todas essas formas sociais, ao comer, defecar e reproduzir, o ser humano afirma o domínio da natureza orgânica sobre si.

11 Ver Bhaskar (2005, cap. 2) e Searle (2006).

Natureza, linguagem, família e capital são representações de formas concretas dotadas de um caráter universal que interfere em nossas vidas. Porém, é impreciso afirmar *imediatamente* que essas representações *agem* sobre nós. Primeiro, porque enquanto representações, são conhecimento e expressão da realidade, jamais a realidade em si, ou seja, a “totalidade concreta” envolve um conjunto de fenômenos complexos irreduzíveis a esses termos. Segundo, porque essas representações existem e se reproduzem em relativa autonomia aos indivíduos e ao mesmo tempo, dependem dos respectivos atos concretos para existirem. Em outros termos, quando o bebê diz “papai” pela primeira vez, ele não está só revelando a “dominação” da estrutura familiar, ele está reproduzindo-a.

Marx tratou dessa relação entre sujeito e objeto ao longo de toda sua trajetória intelectual, mas há um momento singular em que ele as debate colocando o problema filosófico da relação entre ser humano e os objetos com os quais ele se relaciona. Esse momento foi a década de 1840, em particular nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e em *A Ideologia Alemã*. Marx afirma nesse período que o ser humano é um ser objetivo. Isso significa que o ser humano necessariamente se relaciona com objetos, da mesma forma que “o sol é um objeto para a planta”, necessário para a vida da planta. Da mesma forma, Marx afirma que o ser humano é um ser natural, mas declara sua peculiaridade, que é seu caráter ativo. Isto é, todo ser que existe se relaciona ativamente com objeto. O caráter ontológico dessa afirmação é enfático em sua teoria social: “um ser não-objetivo é um não-ser”, revelando quão intrínseca é essa relação.

A orientação ontológica da exposição de Marx revela que tudo que existe se relaciona, toma algo como objeto. Os minerais, o sol, o universo, etc. atuam sobre as coisas. Dessa forma, todo ato humano sobre um objeto da natureza, ou objetivação, também atua sobre o próprio humano. Por exemplo, a manipulação do fogo atuou sobre o ser humano ao criar possibilidades e necessidades inimagináveis até então. Assim também atuam as mudanças nas condições da natureza, como por exemplo a relação entre os animais e o sol, que em diferentes locais e condições alterou a trajetória de desenvolvimento desses animais, como os animais e plantas polares e os animais e plantas tropicais. O mesmo ocorre na relação entre animais e animais¹², animais e plantas, plantas e rochas, etc.

Quando os objetos da natureza (como o sol, por exemplo) exercem seus efeitos sobre os animais e as plantas, condiciona-se seu desenvolvimento, mas não o determina. Os objetos naturais,

12 Por exemplo, uma cobra da espécie Taipan, do deserto australiano, em condições extremas para a sobrevivência, desenvolveu um veneno com capacidade de matar 250 mil ratos de laboratório. Um dos objetos que essa cobra se relaciona, sua principal presa, é um mamífero que possui garras e dentes afiados, e seu ataque tem de necessariamente ser letal. Um ataque não letal, nas condições de existência dessa cobra, implica no fim de sua reprodução, sua inexistência. Por outro lado, uma cobra de granja, não peçonhenta, em condições naturais abundantes, pode inclusive optar por ovos em vez de ratos em seu cardápio, diante da facilidade das condições para sua reprodução biológica.

o rio, a floresta, o deserto, os animais, os minérios, etc. igualmente condicionam a vida humana. Por isso, o ser humano é um ser natural. Estamos diante das mesmas condições da natureza que os demais seres¹³. Mas o humano não apenas é um ser natural, ele é um ser natural humano. Essa representação, humano, tem como caráter universal a criação de objetos externos em formas propriamente humanas, ou seja, o homem cria formas sociais.

As relações capitalistas, familiares, a fala, a escrita, etc. são todos produtos propriamente sociais. Então, na relação sujeito-objeto, a particularidade do ser humano é produzir objetos sociais externos a ele próprio. O caráter universal dessa afirmação revela que cada ser humano singular age, e ao agir, produz objetos sociais, quer ele queira ou não. Isso significa que um indivíduo que não gera produto social não existe, e assim, qualquer ato elementar do homem já é um produto social, porque o homem é um ser ativo (relembremos do bebê que fala mamãe, por exemplo).

Os humanos - com o conhecimento - também produzem ideias, abstrações a partir desses objetos sociais, como o capital, a família, a linguagem, etc. Porém, toda abstração é um processo que só “chega depois”¹⁴, isto é, ele depende necessariamente dos objetos dos quais se deve abstrair. Nota-se que o realismo de Marx requer que a investigação, o abstrair, sempre seja *post festum*, após diversas práticas já consumadas. Ou seja, o ideal não se produz por si só, ele sempre depende de uma referência à realidade concreta.

Justamente por essa razão que se explica uma ideia dentro do seu contexto em que foi produzida. A teoria da relatividade de Einstein dependia de uma ampla base material de outras teorias, experimentos, percepções. Essa dimensão do conhecimento sempre se modifica na história do ser humano, mas jamais interrompendo a universalidade de produzir objetos sociais. Ou seja, já que o ser humano é um ser ativo, ele sempre age sobre determinadas condições, pois ele é um ser objetivo. Marx, certamente mais do que qualquer outro em sua época, sabia que seu pensamento era próprio do contexto em que foi produzido, o período em que a burguesia se revela amplamente como uma classe reacionária¹⁵.

Se há uma afirmação ontológica para todos os desdobramentos da teoria de Marx, é a afirmação de que tudo que existe se relaciona. Essa afirmação, um reconhecimento da realidade, não impede que as objetividades do ser humano, isto é, o produto dos objetos com os quais o homem se relaciona, sejam abandonados ou esquecidos no estudo da relação. O termo que mais se aproxima

13 E não as negligenciamos nem no suicídio, pois inclusive a morte é um imperativo da natureza.

14 Hegel já expressava algo nesse sentido com a ilustração da “coruja de minerva”.

15 Além disso, ao reconhecer a prática social como o universal do ser social, Marx percebe que o distintivo humano com relação ao natural não são as ideias. Nesses termos, já existem algumas condições para se refletir sobre as práticas emancipatórias, a realização do ser humano.

para essa relação entre sujeito e objeto é como uma *reflexividade*, capturando uma noção de que toda ação gera uma reação não-intencional do objeto.

É primeiro necessário esclarecer que, as coisas, os objetos que o homem se relaciona, exercem um *efeito condicionante* sobre o sujeito, no caso o ser humano. Se o ser humano produz a representação divina, e isso se torna, pelas razões que sejam, algo estrutural na sociedade, a representação divina condiciona diversas ações individuais, mas não significa que a “divindade” esteja agindo. Se a representação divina é contrária ao adultério, mas escravagista, ela constrange uma prática social e favorece outra. O desenvolvimento das forças produtivas criou as condições para a superação de determinadas necessidades humanas, de um lado, e por outro criou as condições de exploração de uma classe por outra. Entre infinitos exemplos, a prática social produz objetividades que constroem e favorecem outras práticas, mas enfatiza-se aqui que ela atua somente nesse sentido, jamais se “subjetivando”, isto é, determinando nossa realidade social.

Nesse sentido, ao refletir sobre o capital, podemos considerar diversas práticas sociais que favorecem a geração das relações capitalistas. Entre elas, a propriedade privada, o dinheiro, as relações mercantis, a exploração humana, entre outros. Inclusive, para existir a representação do capital, o capital não pode se manifestar de uma forma só. Mas, quando se desenvolveram os primeiros capitais do comércio, essa objetividade favoreceu a criação dos capitais das indústrias. Não há dúvidas que o capitalismo surgiu primeiro em práticas singulares, que em diferentes condições foram impulsionadas ou constrangidas, mas que tiveram como produto final a consolidação de um geral, uma estrutura social.

Boa parte do *Manifesto do Partido Comunista* (1848) se caracteriza pela descrição de legalidades objetivas do capital, isto é, sobre como essa representação abstrata “atua” sobre os objetos externos, novamente ressalta-se esse “atuar” como condição da própria ação humana, não uma ação do objeto. O capitalismo torna as relações familiares cada vez mais monetárias, expande o mercado mundial, destrói relações antigas, entre outros. E nesse ponto, não é raro associar a interpretação de Marx com o determinismo econômico.

Marx não poderia ter sido mais claro no manifesto: “Será preciso grande perspicácia para compreender que as ideias, as noções e as concepções, numa palavra, que a consciência do homem se modifica com toda mudança sobrevinda em suas condições de sua existência material, em suas relações sociais e na vida social?”. Em outros termos, Marx afirma que aquelas objetivações que possuem impacto maior na vida material humana são mais decisivas na formação para as condições

da prática. De fato, ainda hoje, o que domina a vida humana é a necessidade de comer, beber, morar, reproduzir, os aspectos mais básicos da vida material¹⁶.

Assim, para a categoria “dominação abstrata” existir enquanto objetividade, jamais como um “sujeito” abstrato, ela deve ser o produto de suas relações concretas, das relações concretas de dominação. Para possuir um caráter social estrutural, ela deve condicionar a prática social, constringendo e favorecendo determinadas práticas. Antes de alcançarmos a análise da categoria, ainda é necessário discutir o problema da autonomização das formas.

3. O problema da autonomização das formas

Quando o ser humano cria um objeto, a objetivação, também se exterioriza algo, gera-se um objeto externo a ele. Esse objeto externo, depois de criado, não depende mais do seu criador, é quase independente da relação que a criou. O edifício em que escrevo, a cadeira de plástico que sento e o computador certamente são externos ao produto que estou criando agora, este ensaio. Não só isso, como também é desconhecido a mim os princípios de engenharia, mecânica e de produção dos objetos que me relaciono que condicionam a produção deste ensaio. Em outros termos, trata-se do resultado de processos autônomos aos sujeitos em suas relações imediatas, por isso é adequado que a teoria social investigue esse tema.

Ao refletir sobre a autonomização das formas, um ponto de partida são as formas concretas que estamos diante. O relevante, em primeiro lugar, é que os inúmeros objetos que nos relacionamos foram produzidos fora do domínio das relações imediatas. A cadeira que eu estou sentada foi comprada pelo proprietário do imóvel, que comprou de uma loja de móveis, que comprou de um atacadista, que importou da China, que a fabricou com plástico americano, etc. Existe um tecido de relações capitalistas sobre a cadeira, na mesa, no computador, no artigo, e, também, não há um indivíduo, ou grupo de indivíduos que possua controle sobre essa dinâmica, sendo assim autônoma.

Se, ao abstrair todas essas diferentes relações capitalistas, que incluirão bancos, indústrias, trabalhadores, etc., conseguirmos alcançar uma compreensão de que o capital é uma estrutura autônoma que condiciona a vida nessa sociedade, poderíamos elencar diversas dessas condições. Por exemplo, uma condição apresentada pelo capital é a da existência de uma massa de trabalhadores. Outra é a produção generalizada de mercadorias. Uma terceira é a condição de reprodução biológica

16 Talvez seja possível conjecturar um caso no qual o homem supera todas as necessidades materiais, produção e distribuição abundantes, e outra esfera da vida seja mais decisiva. Mas, nesse aspecto, as condições da vida material tanto do Séc. XIX, quanto do Séc. XXI não parecem superadas. Isso explica o porquê da natureza das objetivações que interessam ao Marx são aquelas das relações econômicas, porque elas possuem um caráter predominante na condição da prática.

dos trabalhadores, e assim por diante, de forma que poderíamos elencar como o capital condiciona a formação das relações econômicas, culturais, religiosas, políticas, da vida cotidiana do indivíduo.

No limite, é possível afirmar que o capital condiciona todos os domínios da realidade social. Nesse sentido, novamente cabe ressaltar que capital é só uma representação para as relações capitalistas concretas, revelando sua propriedade universal, que é a expansão de valor. Assim, a afirmação de uma objetividade abstrata (o capital) exercendo seus efeitos independente das relações sociais concretas só se torna inteligível sob a consideração que ela existe independentemente das relações que a constituem. Isto é, em outros termos, a inversão mística que o Marx criticou em *A Miséria da Filosofia*, e também revela o porquê Marx não parou na “abstração” capital, mas sim retornou ao concreto como “concreto pensado”, as relações capitalistas concretas reconhecidas suas essências.

De fato, estruturas sociais, enquanto representações de relações concretas e inseparáveis destas, são *relativamente* autônomas aos indivíduos. Essa relativa autonomia, por outro lado, não impede a existência de uma ação social capaz de modificar essa estrutura, ou estaríamos diante de uma ampla reificação sem espaços para a subjetividade¹⁷. Isso não ocorre porque ao mesmo tempo em que a estrutura social é condição para a ação humana, a ação humana também é condição para a estrutura social, reproduzindo-a ou modificando-a.

Se não há como compreender uma ação humana sem a condição da estrutura social, e se toda ação humana é sobre um objeto, o ser humano pode somente reproduzir e transformar a estrutura social, mas jamais criá-la (BHASKAR, 2005). E se não houvesse ação humana, a estrutura social não se reproduziria ou se transformaria, ou seja, não existiria. Para compreender a reprodução e a transformação social, portanto, não se pode nem reduzir ao nível da ação individual, nem a uma noção de estrutura social determinante.

Mas, para existir essa dinâmica social, os indivíduos devem produzir intencionalmente, e também reproduzir não-intencionalmente a sociedade. Em outros termos, há um espaço para duas faces da subjetividade, uma intencional e outra não-intencional. Por exemplo, as pessoas se casam porque se amam, mas não precisam casar para se amarem. Elas se casam porque querem, mas ao se casarem, estão reproduzindo a estrutura religiosa. Elas não se casam *para* reproduzir a estrutura religiosa, mas ao casarem, reproduzem-na. Da mesma forma, ao comprar pão para o café da manhã, *trabalhar*, ir ao cinema, etc., reproduzimos a sociedade capitalista. Porém, o trabalhador não acorda

17 É possível associar essa noção reificadora, do objeto determinando os indivíduos em sociedade, ao pensamento de Durkheim e ao estruturalismo, impondo fortes limites à subjetividade. Ver Bhaskar (2005, p. 34-40).

cedo porque está com vontade de reproduzir o capitalismo, mas acorda cedo porque precisa de dinheiro, e certamente não tem uma alternativa melhor, ainda que busque alternativas.

Entretanto, é válido advertir que não se reduz essa questão a um problema da subjetividade. As unidades do conflito social, as posições sociais, são categorias responsáveis por estabelecer o vínculo entre indivíduo e estrutura. Isso pode ser entendido, no contexto de *O Capital*, pela advertência apresentada por Marx no prefácio da primeira edição, ao reconhecer que as figuras do capitalista e proprietário fundiário “constituem a personificação de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações e interesses de classe”.

Neste contexto, a classe trabalhadora e a classe capitalista não apontariam para um antagonismo se o interesse de ambas fosse reproduzir as relações de produção capitalistas. A classe trabalhadora reproduz não-intencionalmente a sociedade capitalista, e ao mesmo tempo, tenta transformá-la intencionalmente¹⁸, na medida do possível, do domínio da sua ação e das tendências contrárias¹⁹.

Dessa forma, as representações abstratas denominadas estruturais necessariamente dependem da existência das relações concretas que representam, são relativamente autônomas aos indivíduos, mas são passíveis de transformação a partir dos conflitos entre posições sociais (não-individuais). Assim, conclui-se a apresentação dos problemas relacionados às temáticas da categoria. Na próxima seção, se iniciará a análise da categoria dominação abstrata.

4. Análise da dominação abstrata

Nesta seção, analisamos quais são as propriedades que a categoria “dominação abstrata” possui para que seja inteligível, consistente com a realidade concreta. Isso envolve uma análise formal e epistemológica, do que é requisito para uma abstração e conhece-la, e ontológica, no sentido em que necessita de pressupostos sobre a realidade para fazer sentido. Assim, caracteriza-se primeiro a “dominação abstrata”, para posteriormente a sua análise.

O enunciado mais sintético de Postone sobre a dominação abstrata a caracteriza como “a dominação das pessoas por estruturas abstratas, quase independentes de relações sociais, mediadas pelo trabalho determinado por mercadoria, que Marx tenta compreender com suas categorias de valor

¹⁸ Vale ressaltar aqui que essa transformação da sociedade é também mediada. Na revolução russa, por exemplo, as pessoas que na esfera cotidiana contestavam aquela sociedade queriam pão, terra e paz, acima de qualquer “transformação estrutural” da sociedade. De fato, as pessoas em seu cotidiano não conceituam “o sistema capitalista”, mas ainda sim produzem atos intencionais que no resultado social transformam a sociedade.

¹⁹ De fato, nem a classe capitalista tem como objetivo reproduzir o capitalismo, mas sim a sua própria condição de capitalista, e que se revela, por exemplo, na tendência à queda da taxa de lucro.

e capital”. O aspecto mais peculiar do seu enunciado é o seu caráter de teoria social, no sentido em que reconhece a existência de estruturas autônomas às relações sociais que “dominam” os indivíduos.

Postone entende o capitalismo como uma forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo. Essa estrutura social específica possui tais características - a interdependência, impessoalidade e objetividade - que são produzidas pelo caráter peculiar da prática social associada à estrutura social, que não depende das pessoas que atuam nessa prática. O resultado dessa prática é o que ele caracteriza de dominação abstrata. Essa forma de dominação abstrata não pode ser compreendida em termos de dominação concreta (pessoal ou grupal)²⁰. Assim, a dominação abstrata é uma propriedade emergente do capitalismo marcada pela objetivação, isto é, se trata de um produto das relações capitalistas que atuam sobre os sujeitos.

O desenvolvimento teórico de Postone é também marcado por um contraste contínuo com a perspectiva que ele caracteriza de “marxismo tradicional”. Ele afirma que as relações sociais e formas de dominação do capitalismo como entendidas por Marx não podem ser compreendidas em termos de relações de classe, que estão associadas às relações de propriedades e sob mediação do mercado²¹. Isso sugere imediatamente que o domínio das relações capitalistas que alteram os sujeitos não se limita ao domínio das relações entre capitalistas e trabalhadores, mas sim toda a esfera da vida social. Tal questão é evidente em Marx inclusive no *Manifesto do Partido Comunista*, e em sua concepção materialista, nas bases materiais condicionando o restante da vida social, a religião, a cultura, a família. Nesse sentido, o capitalismo atua sobre nós em todas as esferas da vida, inclusive nas relações de classe.

Entretanto, Postone vai além disso. Ao descobrir o domínio generalizado do capitalismo, além das relações de classe, ele reconhece que a dominação do capitalismo não é produzida nas relações de classe, mas sim pelas estruturas abstratas produzidas pelo capitalismo. Em outros termos, Postone descobre que todo ato de trabalho reproduz o capitalismo, pois é reflexo da dominação das estruturas

20 “Pelo contrário, como se tornará claro, conceituo o capitalismo em termos de uma forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo. Essa forma de interdependência se realiza por intermédio de relações sociais constituídas por formas determinadas de prática social que, não obstante, se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta (por exemplo, dominação pessoal ou de grupo), que também gera uma dinâmica histórica contínua”. (Postone, 2014, p. 17-18)

21 “Interpretar a análise de Marx como uma crítica historicamente específica do trabalho no capitalismo leva a uma compreensão da sociedade capitalista muito diferente das interpretações marxistas tradicionais. Sugere, por exemplo, que as relações sociais e formas de dominação que caracterizam o capitalismo, na análise de Marx, não podem ser suficientemente compreendidas em termos de relações de classe, enraizadas em relações de propriedade e mediadas pelo mercado”. (Postone, 2014, p.20)

abstratas sobre o trabalhador. Assim, o capitalismo é entendido como um agente que se autoproduz e ignora os espaços da subjetividade, conforme a figura abaixo:

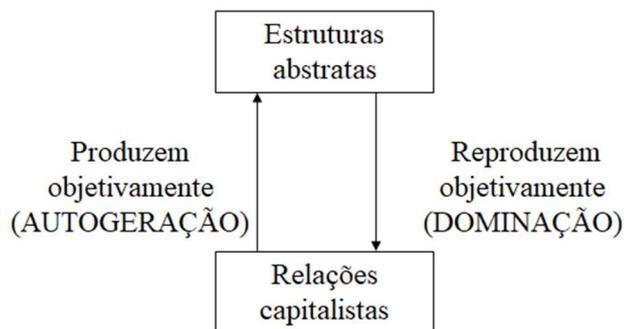


Figura 1. Esquema de dinâmica social baseado na “dominação estrutural autogerada” de Postone.

Nessa dinâmica social, só há espaço para o efeito das objetividades sobre os indivíduos, isto é, as relações capitalistas engatilharam um processo vicioso de uma estrutura social abstrata agindo sobre os indivíduos, sem espaço para uma ação subjetiva consciente. Diante desse esquema de relações “coisais” (no sentido atribuído por Postone), objetivações, onde estão as abstrações? 1) o capitalismo produz concretamente objetivações; 2) essas objetivações atuam (ou dominam) concretamente sobre os indivíduos e 3) os indivíduos reproduzem concretamente essas objetivações.

Para a dominação abstrata existir enquanto abstração, ela não poderia ser uma dominação “coisal” concreta. Pelo contrário, ela deveria abranger diferentes formas de dominação concreta, produzindo um universal. O que Postone define como “dominação abstrata” é uma forma de dominação concreta, de indivíduos por objetos, a dominação “coisal”²² ou reificação. É isso que permite ao autor o uso dessa categoria em *oposição* às formas concretas, ou formas de dominação pessoal, ou dominação de classe.

Se a dominação abstrata fosse uma abstração, uma representação das formas de dominação concretas, descobriríamos alguma propriedade que as formas concretas não nos permitem reconhecer, que existem nas formas concretas, como em Marx. Toda categoria abstrata em Marx é uma forma de ser porque reconhece a propriedade universal que está presente nas formas concretas, não fora delas. Isso fica patente na categoria “trabalho abstrato”, que reconhece uma propriedade dos trabalhos concretos, que de forma alguma se afasta dessas bases concretas.

²² O uso do termo por Postone, entendido como um sinônimo para reificação, é incompatível com o uso do termo por Marx, como será mostrado mais adiante, a dominação coisal é uma dominação de classe porque os trabalhadores devem vender a força de trabalho porque precisam das coisas, mercadorias, para se reproduzirem. Isso fica claro no inédito capítulo VI de *O Capital*, quando Marx se refere à forma de coerção nessa sociedade, a coerção monetária, o que também não nega a dimensão pessoal dessa relação coisal, como por exemplo, na ameaça de demissão do empregado por parte do empregador.

Se ao invés de afirmarmos que a dominação abstrata é uma forma concreta, persistíssemos na noção de que se trata de uma abstração, isso significaria que as relações capitalistas produziram uma representação (uma ideia) que domina as próprias pessoas, o que é, em última instância, a inserção de representações abstratas, ideais, no real, na caracterização de que ao invés de pessoas serem dominadas por pessoas e coisas concretamente, são dominadas por abstrações²³. É válido refletir sobre essa afirmação fora desse contexto para compreender o processo dinâmico social que se está diante. Por exemplo, Deus é uma representação real que condiciona a vida das pessoas. As pessoas reproduzem a representação de Deus sem qualquer consciência sobre esse processo. As pessoas quando oram não pensam em reproduzir a representação de Deus. Mas o que está em jogo não é Deus, são as relações cotidianas entre pessoas e pessoas, pessoas e coisas, que produzem a representação real de Deus. No caso da pessoa católica, o batismo, a comunhão, a missa, a leitura da Bíblia, o casamento sagrado, etc. são as relações que produzem essa “dominação abstrata” de Deus. Quem culparia o Papa, os bispos e os padres pela dominação divina? O Papa, os padres e os bispos são dominados por suas crenças, assim como os cidadãos religiosos e os não-religiosos também vivem de forma similar sob sua influência, principalmente nos valores.

O ponto é que, ao distinguir dominação pessoal e dominação abstrata, em um momento, e dominação de classe e dominação abstrata, em outro, Postone produz um dualismo que implica que a dominação de uma classe pela outra seja entendida como pessoal. Toda forma de dominação particular (por isso o exemplo da questão religiosa) possui uma dimensão pessoal e uma dimensão “coisal” ou material, e nesse sentido, não necessariamente se opõem pessoas e coisas, mas também objetividades que compõem a estrutura social condicionam a ação pessoal.

Muitas questões podem se desdobrar desta, e dependem de uma caracterização precisa do que é dominação pessoal. Primeiro, porque qualquer dominação pessoal apreendida por uma teoria social não pode apresentar uma conotação associal, isto é, a dominação de uma pessoa por outra envolve indivíduos em determinadas relações sociais. A dominação de um homem por uma mulher, reproduzindo a estrutura patriarcal, de um chefe por um subordinado, de um senhor por um escravo, de forma que toda dominação pessoal é uma relação entre posições sociais e uma reprodução das estruturas sociais. Segundo, se a dominação pessoal não for dotada de nenhuma relação com a estrutura social, não seria objeto de teoria social. Nesse sentido, a dominação de classe não é uma mera dominação pessoal, porque as relações de classe são relações sociais. Terceiro, pode-se entender dominação pessoal em um sentido puramente cognitivo, de uma relação pessoal imediata ou mediada,

23 “Na análise de Marx, a dominação social no capitalismo, no seu nível mais fundamental, não consiste na dominação das pessoas por outras pessoas, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas.” (Postone, 2014, p.46)

perceptível ou não. Nesse sentido, o trabalhador brasileiro não se relaciona pessoalmente, imediatamente, com o capitalista chinês que fabrica cadeiras, mas existem diversas mediações que tornam essa relação existente.

Assim, o que Postone denomina de dominação pessoal, direta, dominação de pessoas por pessoas, inclui elementos sociais estruturais, porém negligenciados. Da mesma forma, o que Postone caracteriza de dominação impessoal, velada, abstrata, depende de relações interpessoais igualmente ignoradas. Isso ocorre porque o capitalismo é o produto social de relações interpessoais, concretas, ele não se autogera, ainda que isso seja uma aparência dessa sociedade. Igualmente, as estruturas sociais não são autogeradas, mas são o resultado de ações sociais individuais, que repetem e modificam lentamente essa estrutura.

Trata-se aqui centralmente da ausência de um reconhecimento da subjetividade na teoria social de Postone, que se repete também ao analisar a relação entre a dominação abstrata e o capital. Anteriormente, comentamos que há uma relação de emergência entre o capitalismo e a dominação abstrata, no sentido que o capital produziu a dominação abstrata²⁴. Postone também afirma que a dominação abstrata “determina o objetivo da produção no capitalismo”, e é “sua forma material”, de forma que o movimento inverso, ou seja, da dominação abstrata para o capital, também ocorre²⁵ (ver novamente a figura 1), em um sentido que reforça ainda mais as posições do capital em um ciclo vicioso.

É possível apontar duas questões com base no desenvolvimento anterior. Primeiro, o capital enquanto representação abstrata não age, mas quem age são pessoas, que produzem e reproduzem em relações, o que já é um caminho para a análise da subjetividade na teoria social. Segundo, para a dominação abstrata fortalecer a reprodução do capital, ela tem que atuar sobre as pessoas, e para isso, ela necessita de formas concretas²⁶. O indivíduo, diante dessas formas concretas que compõem a estrutura social, toma decisões e alternativas, de forma que a estrutura social condiciona a ação social, mas jamais a determina.

24 [...] conceituo o capitalismo em termos de uma forma historicamente específica de interdependência social com um caráter impessoal e aparentemente objetivo. Essa forma de interdependência se realiza por intermédio de relações sociais constituídas por formas determinadas de prática social que, não obstante, se tornam quase independentes das pessoas engajadas nessas práticas. O resultado é uma forma nova e crescentemente abstrata de dominação [...] (Postone, p.17-18)

25 “Essa dominação abstrata não apenas determina o objetivo da produção no capitalismo, de acordo com Marx, mas é também a sua forma material”. (Postone, 2014, p. 46)

26 A abstração aqui só faz sentido na dimensão que as relações capitalistas concretas produzem representações ou ideias (e ideologias), como por exemplo, a liberdade individual, o livre comércio, a propriedade privada, que fortalecem as relações capitalistas. Assim, podemos encontrar abstrações reais, que são formas concretas, como ideologias, dinheiro, a propriedade, produzidos pelos humanos e socialmente reconhecidos concretamente como os demais objetos capitalistas.

Em outros termos, as relações capitalistas são produzidas por sujeitos que tem diante de si alternativas, e o produto dessas relações capitalistas são objetividades que compõem a estrutura social e alteram a reprodução das relações capitalistas, alterando o horizonte de alternativas dos sujeitos. A subjetividade é fundamental porque determinadas condições de reprodução do capital favorecem ou limitam a posição de alternativas aos sujeitos. Além disso, não se forma um ciclo vicioso do capital rumo ao fim da subjetividade porque, quanto mais próximo de sua plenitude, maiores os antagonismos, maiores as possibilidades de alternativas aos sujeitos. A maior evidência disso é que o capitalismo não conseguiu eliminar a sua crítica, pelo contrário, é possível notar críticas ao capitalismo nas mais diferentes esferas, artísticas, acadêmicas, políticas, populares, etc.

Postone não contempla esse enunciado por adotar como pressuposto em sua teoria social uma oposição entre indivíduos e sociedade²⁷, sem o reconhecimento da real natureza interdependente da estrutura social e da ação social. Em sua teoria, parece que existem duas histórias do homem: a primeira, até o capitalismo, em que não há reificação, mas há ação social. E a segunda, do capitalismo, em que há uma reificação sem ação social. Em outros termos, o capitalismo destruiu a subjetividade. Se isso é verdade, o sentido da crítica social, já alertada por outros autores²⁸, se perde em uma sociologia encarcerada, presa no domínio científico em suas próprias conclusões. Marx, por outro lado, compreendeu a natureza ativa do homem, a prática humana capaz de criar o inimaginável a partir das mudanças de condições das estruturas sociais.

Quanto mais as relações capitalistas dominam as diferentes esferas da vida social, maior a crítica ao capitalismo, maiores as condições para a modificação da prática. Que o capitalismo, em sua reprodução, cria as condições para sua modificação, com a abundância produtiva, a redução no tempo de trabalho socialmente necessário, a alteração na composição orgânica, a tendência à queda da taxa de lucro, são temas presentes em *O Capital*.

O fim da subjetividade por Postone se reflete emblematicamente no uso do termo “dominação estrutural autogerada”²⁹. Estruturas sociais não se autogera. Elas são produzidas pelas ações dos indivíduos em sociedade. A noção de autogeração, ou automaticidade enfatiza um caráter interno, autônomo, que nenhuma forma estrutural ou abstração realmente produz. Justamente por isso, as

27 “Uma marca central do capitalismo, é que as pessoas não controlam sua própria atividade produtiva ou o que produzem, mas são, em última análise, dominadas pelos resultados dessa atividade. Essa forma de dominação é expressa como oposição entre indivíduos e sociedade, constituída como uma estrutura abstrata. A análise de Marx dessa forma de dominação é uma tentativa de basear e explicar o que, nos seus primeiros textos, ele chamou de alienação”. (Postone, 2014, p.47)

28 Ver Carcanholo (2016) e Prado (2016).

29 “O processo de dominação estrutural autogerada não pode ser completamente entendido em termos de exploração e dominação de classe nem em termos estáticos, não direcionais e “sincrônicos”. A forma fundamental de dominação social que caracteriza a sociedade moderna, aquela que Marx analisou em termos de valor e capital, é a que gera uma dinâmica histórica além do controle dos indivíduos que a constituem”. (Postone, 2014, p.47-48)

estruturas sociais só existem enquanto abstrações para revelar uma propriedade das relações concretas e entre pessoas no tecido social.

Assim, não existe sociedade determinada pelo capital³⁰, a sociedade é um produto das relações individuais, entre indivíduos e coisas, e as relações dessas relações. Isso significa que afirmar uma determinação da sociedade pela dominação burguesa (de classe, subjetiva) ou pela dominação abstrata (reificação), incorre no mesmo problema, negligenciar que para existir uma estrutura social é necessário que exista um sujeito diante de alternativas, e que para existir uma ação individual em sociedade é necessário que existam condições sociais para a ação, conforme a figura 2, que é uma representação meramente ilustrativa para contrastar com a perspectiva apresentada por Postone contemplando os elementos apresentados.

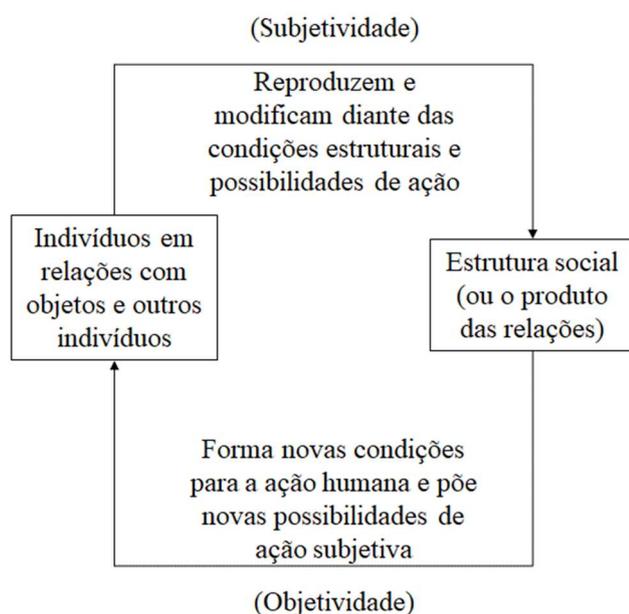


Figura 2. Esquema simplificado de dinâmica social compreendendo elementos de subjetividade e objetividade.

4.1. A relação coisal dos *grundrisse*

A base textual em Marx para a o fim da subjetividade de Postone é a existência de um delineamento nos *Grundrisse* que separa relações de dependência pessoal, anteriores ao capitalismo, das relações de dependência coisal, caracterizadas pela independência pessoal das estruturas sociais. A relação íntima dessa passagem de Marx com a categoria “dominação abstrata” de Postone torna necessário uma discussão desses fragmentos. Os principais elementos usados por Postone se encontram no seguinte trecho:

30 “A sociedade determinada pelo capital não é simplesmente uma função do mercado e da propriedade privada; não pode ser reduzida sociologicamente à dominação da burguesia”. (Postone, 2014, p.58)

O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, *aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa*; não como sua conduta recíproca, mas como sua subordinação a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrelaçamento de indivíduos indiferentes entre si. A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, *aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa*. (Marx, 2011, p. 105, itálico nosso)

É possível notar que Marx utiliza o termo “aparecer” não só uma vez, mas duas vezes, ao se referir imediatamente à “relação coisal”. Essa aparência pode ser ilustrada na cadeira que estou sentado, que aparece para mim como uma relação entre mim, sujeito, e a cadeira, objeto. Porém, a cadeira é produto das relações sociais capitalistas, da relação mediada pelos objetos com outras pessoas. Nesse sentido, é importante enfatizar a distinção entre o que é uma aparência do ponto de vista de um indivíduo em relações sociais, e o que ocorre efetivamente no tecido social e está oculto ao indivíduo. Antes de prosseguir na análise desse trecho, retomemos outro fragmento muito conhecido dos *Grundrisse* em que Marx utiliza o termo aparência:

Nessa sociedade da livre concorrência, *o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais* etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado. [...] Quanto mais fundo voltamos na história, mais o indivíduo, e por isso também o indivíduo que produz, aparece como dependente, como membro de um todo maior: de início, e de maneira totalmente natural, na família e na família ampliada em tribo; mais tarde, nas diversas formas de comunidade resultantes do conflito e da fusão das tribos. Somente no século XVIII, com a sociedade burguesa, as diversas formas de conexão social confrontam o indivíduo como simples meio para seus fins privados, como necessidade exterior. *Mas a época que produz esse ponto de vista, o ponto de vista do indivíduo isolado, é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto de vista) mais desenvolvidas até o presente*. (Idem, p.39-40)

No trecho acima, do início da introdução, se nota como Marx associa uma forma aparente com a percepção imediata. Comentamos brevemente ao final da primeira seção sobre como a aparência põe a necessidade da abstração para a investigação. Isso não significa que a aparência é falsa, pelo contrário, é verdadeira, mas insuficiente para revelar ou esgotar as propriedades dos objetos da investigação. Nesse sentido, a relação coisal em Marx possui o mesmo sentido da liberdade fornecida pela burguesia, isto é, tanto o fetiche quanto a liberdade burguesa ocultam o mesmo processo real: *a interdependência social*, e para ser enfático, entre pessoas, produzida nas relações capitalistas. Note como nesse trecho fundamental para a compreensão da categoria dominação abstrata de Postone, Marx aproxima 1) independência pessoal e aparência, 2) liberdade burguesa e aparência:

Na relação monetária, no sistema de trocas desenvolvido (e essa aparência seduz a democracia), são de fatos rompidos, dilacerados, os laços de dependência pessoal, as diferenças de sangue, as diferenças de cultura etc. (todos os laços pessoais aparecem ao menos como relações *personais*); e os indivíduos *parecem* independentes (essa independência que, aliás, não passa de mera ilusão e, mais justamente, significa apatia – no sentido de indiferença), livres para colidirem uns contra os outros, e nessa liberdade, trocar; mas assim parecem apenas para aquele que abstrai das *condições*, das *condições de existência* sob as quais esses

indivíduos entram em contato (e essas, por sua vez, são independentes dos indivíduos e aparecem, apesar de geradas pela sociedade, como *condições naturais*, i.e., incontroláveis pelos indivíduos). (Marx, 2011, p. 111, itálicos do original)

Justamente, Marx trata “a relação coisal” como uma imediatividade, uma aparência para o indivíduo. Na cadeira, eu não vejo o tecido de relações mediada que estão diante de mim. Se eu investigo a relação entre mim e a cadeira, chegarei à conclusão que essa relação aparentemente coisal é na verdade, um produto de uma complexa rede de relações com pessoas e outras coisas. Ela é impessoal porque na imediatividade, não aparecem pessoas, mas ela é uma relação universalmente constituída de pessoas.

O contraste estabelecido por Postone entre dominação pessoal e impessoal reflete a tendência revelada por Marx da sociedade capitalista em tornar as relações cada vez mais aparentemente impessoais. Ao comentar sobre sistemas de troca pouco desenvolvidos, Marx comenta que “embora suas relações apareçam mais pessoais, [os indivíduos] só entram em relação uns com os outros como indivíduos em uma determinabilidade, como suserano e vassalo, senhor e servo etc” (Idem, p. 111), ou seja, a “pessoalidade” sempre cede uma parte do seu espaço para o vínculo social. Elas aparecem mais pessoais porque elas são menos mediadas, menos complexas, o que a permite ser compreendida nas passagens de Marx como uma forma menos mistificada.

Se o argumento até aqui faz sentido, a dominação coisal ou impessoal só pode ser entendida como uma aparência da sociedade capitalista. Ela se opõe à dominação pessoal porque oculta aos indivíduos dessa sociedade todo o tecido social subjacente às suas relações individuais, o que também oferece uma aparente noção de liberdade individual. Mas, se na aparência esses indivíduos não são dominados por pessoas, eles são dominados por algo: abstrações, representações, ou melhor, elaborações ideais produzidas por indivíduos na sociedade que adquirem um caráter social, real, como o dinheiro, o capital. Nesse sentido, não há dominação abstrata, mas se trata de uma dominação pessoal mediada por representações. E o que são essas representações? São o produto *post festum* das próprias relações capitalistas, como a economia política. Nos *Grundrisse*, isso aparece da seguinte forma:

Essas relações de dependência *coisal*, por oposição às relações de dependência *pessoal* (a relação de dependência coisal nada mais é do que as relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes, i.e., suas relações de produção recíprocas deles próprios autonomizadas), aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por *abstrações*, ao passo que antes dependiam uns dos outros. A abstração ou ideia, no entanto, nada mais é do que a expressão teórica dessas relações materiais que os dominam. As relações só podem naturalmente ser expressas em ideias, e é por isso que os filósofos conceberam como o peculiar da era moderna o fato de ser dominada pelas ideias e identificaram a criação da livre individualidade com a derrubada desse domínio das ideias. (Marx, 2011, p. 113, itálicos do original)

Isso não significa que a reificação das relações é uma falsa apreensão da realidade. Isso significa que ela é uma imediatez na qual nós, enquanto indivíduos em sociedade, estamos diante. O problema do conhecimento é justamente investigar essa relação aparente das formas, revelando que o universal das relações possui um caráter social, ainda “que sua produção não seja imediatamente social”. Os enunciados tomados como base para a caracterização de dominação abstrata de Postone são passagens dos *Grundrisse* em que Marx está caracterizando como os indivíduos se relacionam na imediatez, em uma sociabilidade que produz representações ou ideias que mobilizam a prática humana (ideologias) em favor da reprodução do capital.

Por fim, há uma questão terminológica que, apesar de parecer secundária, revela muito sobre as diferenças entre a posição de Marx e a de Postone. O que Marx denomina de “dominação por abstrações” não é nem uma “dominação abstrata”, nem uma “dominação por estruturas abstratas”. A dominação por abstrações é a dominação por ideias, isto é, na sociedade capitalista, a ação social é condicionada pela produção de ideias, com a ressalva que jamais se perde o vínculo das bases materiais. Essa dominação não possui nada de abstrata, no sentido de “dominação abstrata”, pois ela tem como referente direto e único a realidade concreta, a relação entre pessoas e abstrações (ou ideias) no cotidiano. Também, não se trata de uma dominação por “estruturas abstratas” porque a própria noção de estrutura abstrata não existe na realidade concreta pela mesma razão. Em outros termos, cada indivíduo nessa sociedade se relaciona com a “estrutura” somente por meio de relações concretas singulares, por isso são dominados por abstrações (singulares), e não uma estrutura (geral). A estrutura (geral) não existe, ainda que seja útil para produzir conhecimento sobre como é a relação entre indivíduos e ideias.

4.2. Inteligibilidade, abstração e realismo

Para existir a categoria dominação abstrata enquanto abstração, ela depende respectivamente de formas de dominação concreta que, no processo de investigação ou abstrair, geram sua representação. Mas a dominação abstrata, no sentido apresentado pelo autor, é uma forma de dominação concreta. Ela é a dominação concreta e aparente entre uma pessoa e uma coisa, e somente nesse sentido estabelece uma clara oposição com dominação pessoal, ambas esferas da aparência. Se a dominação abstrata fosse uma abstração, ela reconheceria tanto as formas concretas pessoais de dominação, quanto as impessoais, indiretas. Além disso, reconheceria a propriedade universal que toda dominação é produzida (ou reproduzida) por sujeitos nas relações sociais, ou seja, em posições sociais, como na relação trabalhador e capitalista.

Assim, a dominação abstrata é distinta da categoria capital de Marx, em termos da forma como é produzida, originadas em teorias do conhecimento distintas. O capital é uma representação que

captura a essência das relações capitalistas, e isso só ocorre porque o movimento do concreto para o abstrato não se esgota nele, mas se retorna ao concreto. Marx apresenta as relações capitalistas concretas sabendo a sua essência. Se retorna ao concreto porque se sabe que para a valorização acontecer é necessário que existam capitalistas comprando meios de produção e força de trabalho. Para isso acontecer, o trabalhador deve ser proletário, sem os meios de produzir. Em outros termos, a abstração “capital” não age, não se autogera, não tem consciência, é uma abstração que revela um caráter essencial das relações concretas produzidas por sujeitos em relações sociais. Por outro lado, a relação capturada pela dominação abstrata existe, mas enquanto aparência, carece de investigação da teoria social. Ela só se torna problema da teoria social a partir do momento em que se reconhecem posições sociais, que sofrem os efeitos dessa aparência (que condiciona e altera sua ação).

Justamente por ser uma forma de dominação concreta que a dominação abstrata é uma “dominação por estruturas abstratas”, isto é, uma forma concreta particular³¹ (e nesse sentido, mais próximo do identificado nos *Grundrisse*). Enquanto forma concreta, as conclusões extraídas, relacionadas, são aparentes. Ou seja, essa categoria não captura um universal. Isso abre um precedente para a investigação mais profunda e generalizada da relação entre sujeito e objeto, em uma tentativa de capturar a essência oculta dessas objetivações.

Afirmar a dominação abstrata como uma forma concreta é o único caminho possível para afastá-la de sua interpretação idealista. Essa interpretação colocaria a dominação abstrata como uma representação abstrata que age diretamente sobre os indivíduos, em uma inversão mística, como se um produto abstrato ideal fosse um sujeito da realidade³². A abstração é um processo ideal que não se esgota em si, ele só possui uma finalidade, revelar algo que as formas concretas não revelam imediatamente. Por isso, a análise é sempre sobre formas concretas, pois a realidade é concreta. Da mesma forma, as ações são sempre concretas e feitas por indivíduos, ainda que cada indivíduo altere muito pouco o resultado ou produto das relações sociais.

Na gênese desse problema, o afastamento do realismo, se encontra também uma tentativa deliberada (e malsucedida) de se afastar dos problemas ontológicos, seja em nome da metafísica, seja pela crítica da “transistoricidade”. Como na história da ontologia toda negação da ontologia se

31 Para ilustrar ainda mais como essa objetivação é uma forma concreta, é possível afirmar uma dominação coisal dos objetos da natureza sobre nós. O ser humano é obrigado a agir diante das condições impostas por esses objetos para se reproduzir. Ao mesmo tempo, devido a sua natureza ativa, o homem transforma essas condições, e faz isso enquanto reproduz inconscientemente as relações naturais. Não se afirma que a natureza nos reifica por completo, porque diferente dos demais animais, o ser humano consegue modificar as suas próprias condições naturais, criando objetos sociais. Isso também diferencia Marx do velho materialismo.

32 Nesse sentido, trocar a “dominação abstrata” por “Deus” ou pela “Ideia” geram o mesmo resultado, a reprodução humana é a ação ou realização de “um outro”. Marx, por outro lado, revela que o capital, Deus ou a Ideia são produtos do ser humano, e que a noção de que eles agem, operam conscientemente ou se autogeram é uma mistificação.

converte em uma ontologia negativa, o resultado é sempre um fracionamento da realidade, antirrealista. No caso de Postone, esse fracionamento gera um dualismo da realidade concreta, dois mundos, um pré-capitalista do sujeito ativo, que não é objeto de análise, e um capitalista da reificação, do capital como sujeito.

5. Considerações finais

A perspectiva apresentada nesse ensaio possui como princípio o realismo científico, a posição de que a realidade (em-si) é independente do nosso conhecimento sobre ela (para-nós). Nesse sentido, só investigamos a realidade porque ela não é acessível imediatamente a partir da experiência. Fora dessa condição, a ciência não faria sentido. Com esse princípio em mente, buscamos as razões de existir a categoria “dominação abstrata”, em outros termos, sua natureza ontológica.

O ponto de partida foi a noção de abstração. Partimos desse princípio porque a percepção imediata é que tal categoria partiria de um expediente analítico similar às abstrações de Marx. As abstrações de Marx são representações ideais que capturam o universal das formas concretas, mas que não se separam, autonomizam das formas concretas, como por exemplo, o trabalho abstrato que não existe sem os trabalhos concretos.

Ao reconhecer que a dominação abstrata não é uma abstração, primeiro por não depender de formas concretas, pois ela já é uma forma concreta, segundo por ter sua oposição em relação a outra forma concreta, compreende-se que se trata de uma forma aparente, imediata das relações sociais. Essa afirmação é ainda mais corroborada pelos fragmentos dos *Grundrisse* utilizados por Postone para defender tal categoria são momentos em que Marx está no plano concreto de análise.

Assim, a “dominação abstrata”, ou dominação por estruturas sociais abstratas, não se apresenta no mesmo sentido que as categorias abstratas de Marx, embora seja uma expressão da aparência, o que não retira, de forma alguma, sua relevância analítica. Ela aparece como independente das pessoas, das relações, etc. justamente por ser uma forma concreta, no que Marx caracteriza de “dominação por abstrações”, que é a dominação por ideias. Sua investigação revela que faz parte de um tecido social complexo que oculta justamente a essência das relações sociais capitalistas e sua dimensão ideológica, produtora de ideias que mobilizam sua reprodução. A aparência das relações sociais no limite ocultam a subjetividade humana, e Postone, ao tomar essa aparência como teoria social, o mundo reificado, abandonou a natureza ativa do ser humano em sua teoria, o que vem atraindo a elaboração da crítica de sua obra.

O princípio analítico apresentado neste ensaio, apesar de elucidar alguns aspectos, não se dedicou a outros diversos. Uma explicação sobre a natureza da atividade intencional, *i.e.*, trabalho, foi evitada na medida da profundidade dos problemas delineados pela categoria “dominação

abstrata”. Da mesma forma, não se considerou necessário aprofundar a análise da teoria social a um ponto que requeresse a discussão explícita e aberta com base no termo da alienação, ainda que se estivesse tratando de alienação em boa parte do processo. Porém, desenvolver aqui qualquer qualificação mais aberta do trabalho e da alienação exigiria retomar outros debates, que só poderão ser devidamente apresentados em pesquisas futuras.

O longo tratamento dessas categorias aqui foi suprimido pelas próprias condições da existência da categoria “dominação abstrata”. Ao se perguntar porque ela existe, a primeira pergunta é se algo abstrato existe, por conseguinte, o que é uma abstração. Ao se perguntar porque ela age sobre os indivíduos, por conseguinte, se questiona a relação sujeito-objeto, e assim se sucede a análise orientada pelo objeto.

Por outro lado, esse diagnóstico sobre a categoria “dominação abstrata” reflete muito pouco do momento explanatório da análise, que explicitaria as razões pelas quais Postone expressa tais tendências. Um primeiro indício está na rejeição da metafísica e da crítica à “transistoricidade” do autor. Um segundo indício está no esforço em se diferenciar do “marxismo tradicional”, em se afastar deliberadamente de uma longa tradição de debates no interior do marxismo que expressam resultados e conquistas importantes em seus contextos. Esses são temas que estão no horizonte analítico do futuro dessa pesquisa.

Referências

- BHASKAR, Roy. **The possibility of naturalism: A philosophical critique of the contemporary human sciences**. New York: Taylor & Francis, 2005.
- BHASKAR, Roy. **A realist theory of Science**. Oxford: Routledge, 2008.
- CARCANHOLO, Marcelo. Algumas implicações da exasperação historicista da teoria do valor de Marx por Moishe Postone. **Revista Marx e o Marxismo**, vol. 4, n. 7, 2016.
- ILYENKOV, Evald V. **The dialectics of the abstract and the concrete in Marx's Capital**. Moscow: Progress Publishers, 1982.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PRADO, Eleutério F. S. Valor, capital e luta de classes em Moishe Postone. **Verinotio**, n. 22, 2016.
- SEARLE, John. Social ontology: Some basic principles. **Anthropological theory**, v. 6, n. 1, p. 12-29, 2006.
- SOHN-RETHEL, Alfred. **Intellectual and manual labour: A critique of epistemology**. London: Macmillan, 1978.
- ZELNY, Jindrich. **The logic of Marx**. Oxford: Blackwell, 1980.